

Líder prevê dificuldade para aprovar programa⁴²

O presidente Fernando Henrique Cardoso teve ontem uma idéia das resistências do Congresso Nacional ao programa de ajuste fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, prevendo corte de R\$ 8,7 bilhões no orçamento para o próximo ano. Os líderes da base do Governo saíram de um café da manhã com o Presidente, no Palácio da Alvorada, com a certeza de que será difícil aprovar aumento de impostos e corte de despesas sem algumas alterações na proposta do Governo. "Cortes de despesas associados a aumento de impostos é um coquetel extremamente explosivo. Precisamos ter habilidade e paciência para fazer passar as duas coisas", disse o líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (BA).

Para os líderes, só haverá consenso sobre o aumento da alíquota da CPMF de 0,2% para 0,38% se houver uma compensação. Durante o encontro, eles propuseram ao Presidente que os contribuintes, pessoa física, possam deduzir do Imposto Renda, 0,18% da arrecadação da CPMF, e que esta parcela seja desvinculada do setor de saúde. "Preferíamos que não tivesse aumento, mas se houvesse fosse até 0,3%. Seria mais palatável. Como chegaram a 0,38% nós vamos discutir ainda esta compensação", disse o líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE). O Presidente pediu a Malan uma avaliação detalhada desta proposta.

Falhas

Outro consenso entre os líderes é de que o Governo falhou ao explicar a proposta de cobrar contribuição da Previdência dos funcionários inativos e aumentar a alíquota dos ativos. Geddel pediu ao ministro Pedro Malan que fosse didático nas suas explicações para evitar versões "maléficas"



INOCÊNCIO preferia que não houvesse aumento de imposto

das medidas. Segundo ele, não ficou claro para a população que o aumento da contribuição previdenciária é apenas para os 905 mil servidores públicos federais, que representam um acréscimo de R\$ 4 bilhões na arrecadação. "É uma medida até justa, mas politicamente difícil e não palatável exatamente porque foi disseminado na sociedade a impressão de que se trata dos inativos do INSS". E concluiu: "Se conseguirmos superar este preconceito podemos avançar,

caso contrário será uma medida de difícil aprovação".

Geddel disse que há um "lobby forte e resistente" dos funcionários públicos no Congresso, mas considerou que o momento é de responsabilidade. "Nós acabamos de sair de uma eleição e temos agora a responsabilidade maior para com o País e estamos sujeitos a pressões de eventuais eleitores futuros", disse Geddel.

O líder do PPB, Odelmo Leão (MG), sugeriu ao Presidente um

novo modelo da Previdência Social com incentivos para adesão dos contribuintes. "Acho que nós não podemos dizer não. Temos que achar uma alternativa", disse Odelmo que garantiu ao Presidente que o candidato derrotado ao governo de São Paulo, Paulo Maluf, vai superar os "arranhões" das eleições e votará o que for preciso para manter a estabilidade econômica.

Os líderes na Câmara acertaram com Fernando Henrique que nos dias 4 e 11 de novembro votam os três destaques que faltam para aprovar a reforma da Previdência. "Depois discutiremos as medidas de ajuste para dar uma resposta rápida a elevada taxa de juros e ao desemprego", disse Odelmo Leão. A expectativa é de que até o fim deste ano, o ajuste e a reforma da Previdência estejam aprovadas no Congresso Nacional.

"O ajuste está diretamente ligado a queda da taxa de juros", disse Aécio Neves (PSDB-MG), líder tucano na Câmara dos Deputados. Segundo ele, é "fundamental" dar uma sinalização ao mercado internacional e ao FMI para conseguir os empréstimos e baixar as taxas de juros.

O próprio café da manhã foi uma demonstração de que o Governo está em regime de austeridade. Os líderes comentaram que foi "muito simples" com bolo e poucas frutas. Também participaram do encontro o vice-presidente, Marco Maciel, o líder do Governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), os ministros da Fazenda, Pedro Malan, do Planejamento, Paulo Paiva, da Administração, Cláudia Costin, e da Previdência, Waldeck Ornellas. O Presidente falou da importância da aprovação das medidas de ajuste, antes de Malan fazer uma exposição detalhada de cada uma delas.

MARIA GOMES

Repórter do Jornal de Brasília